

A Segurança em África

A estabilização da região do Sahel: que papel para a CEDEAO?
Rui Garrido

Moçambique: várias faces de uma crise
Teresa Nogueira Pinto

Forças gravitacionais na geopolítica da Guiné-Bissau
Ricardo Real Sousa

Portugal como promotor de segurança em África: as Forças Nacionais
destacadas em 2024
Pedro Rito

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

António Baranita

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

idn Instituto
da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-01 Lisboa

Tel +351 211 544 700

idn.publicacoes@defesa.pt

A Segurança em África

A estabilização da região do Sahel: que papel para a CEDEAO

Rui Garrido

Professor auxiliar na Universidade
Portugalense e investigador no Instituto da
Defesa Nacional

A região da África ocidental foi sacudida por uma onda de golpes de Estado que fez cair o governo em seis países da região – Guiné-Conacri, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Sudão – que tem sido apelidada de *Coup Belt*. Os golpes de Estado podem ser entendidos como fenómenos abruptos, organizados e operados por uma facção militar (sobretudo), visando remover o poder político. Estamos perante episódios que acontecem num curto espaço de tempo e que configuram um problema de segurança para o Estado e para os cidadãos. Os golpes de Estado na região do Sahel não foram exceção e trouxeram uma instabilidade e incerteza a uma região já afetada pela insegurança, proliferação de grupos jihadistas, mas, sobretudo, pela pobreza e escassez de recursos e oportunidades. De acordo com os dados coletados pelo African Center for Security Studies, o Mali e o Burkina Faso estão entre as regiões do continente africano com maior número de ataques terroristas registados no ano de 2024, consolidando uma tendência crescente desde 2027.¹ Por outro lado, os países que sofreram golpes de Estado entre 2020 e 2023 estão entre os mais pobres, ocupando os últimos lugares do índice de desenvolvimento humano.² Não surpreende, portanto, que a população destes países apoie estes movimentos de transição, almejando que os mesmos tragam segurança e progresso, que as lideranças políticas anteriores falharam em concretizar. Estes eventos trouxeram uma mudança significativa do tabuleiro geopolítico na região, influenciado por novos atores internacionais, tais como

a Rússia, a China e a Turquia. Esta alteração tem sido visível pelas campanhas de desinformação que são levadas a cabo por esses atores nestes países,³ mas sobretudo pela alteração das relações bilaterais entre estes países e a sua antiga potencia colonial, a França. As tropas francesas estacionadas nestes países – mas também a missão da ONU no Mali, que saiu do país a 31 de dezembro de 2023 – estão a ser convidadas a sair destes territórios. Esta rutura de relação tem-se verificado em outros territórios, alimentados pela desinformação e um sentimento anti-França, já denominado como *Frexit*.⁴

A resposta da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) perante estes eventos abruptos foi marcada, num primeiro momento, pela condenação dos golpes de Estado e exigindo a reposição da ordem constitucional nos países afetados, para uma posição de força, no caso do Níger, ameaçando usar da força para retirar os militares do poder e libertar o presidente Mohammed Bazoum, que estava em situação de cativo. A Autoridade da CEDEAO escudou-se no artigo 25.º do Protocolo de Lomé (1999), que prevê, entre outras situações, a intervenção em casos de conflito interno, na medida em que estes constituam uma ameaça à paz e à segurança regional. A resposta dos Estados visados foi surpreendente, tendo o Burkina Faso e o Mali anunciado que uma intervenção da CEDEAO no Níger seria entendida como uma agressão e que reserva-

vam o direito de defender esse Estado. Afastada a possibilidade de intervir, a Autoridade da CEDEAO manteve uma abordagem assente na diplomacia, sem, contudo, abdicar da suspensão destes Estados como membros da Comunidade e aplicando-lhes sanções económicas, as quais têm acentuado a situação de vulnerabilidade e pobreza. Em resposta à ação da CEDEAO, o Burkina Faso, Mali e Níger decidiram, a 16 de setembro de 2023, criar a Aliança dos Estados do Sahel (AES), procurando aliar os interesses dos três Estados, que foram isolados regionalmente. Em julho de 2024, anunciam um aprofundar das relações com o projeto de criação da Confederação dos Estados do Sahel, o que implicaria a saída da CEDEAO, fragilizando-a ao ponto de alguns analistas advogarem a desintegração da organização regional.⁵

Qual o é o caminho futuro para a região do Sahel? Que questões de segurança se levantam face a uma alteração política profunda numa zona nevrálgica do continente? A consolidação da presença da Federação Russa nesta região parece ser um facto consumado. Por outro lado, o espaço é disputado por outras potências internacionais, como a China. Os regimes militares não trouxeram, pelo menos nestes primeiros anos, uma melhoria da situação securitária nos países. Por outro lado, as sanções internacionais têm agravado as dificuldades das populações. E a CEDEAO tem conhecido desafios muito complexos, os quais podem pôr em xeque não apenas o processo de integração regional, mas também da criação da Comunidade Económica Africana. Um atraso ou retrocesso nestes processos pode resultar numa profusão de problemas securitários, de falta de respostas institucionais aos problemas das populações e aumentar a insegurança e instabilidade regionais. A CEDEAO tem a obrigação de se

afirmar como uma comunidade de segurança regional, através da sua arquitetura de segurança, sem, contudo, embarcar em ações que podem minar a confiança nas instituições. É imperativo reconquistar a confiança das populações nos atores multilaterais e dar respostas efetivas às suas aspirações de vida.

Notas

¹ African Center for Security Studies (2024, 13 de agosto), *Africa's Constantly Evolving Militant Islamist Threat*. Disponível em <https://africacenter.org/spotlight/mig-2024-africa-constantly-evolving-militant-islamist-threat/>

² PNUD (2024, 13 de março) *Human Development Report 2023-24 Breaking the gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world*. Disponível em <https://hdr.undp.org/system/files/document/s/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf>

³ African Center for Security Studies (2024, 13 de março), *Mapping a Surge of Disinformation in Africa*. Disponível em <https://africacenter.org/spotlight/mapping-a-surge-of-disinformation-in-africa/>

⁴ AlJazeera (2025, 3 de janeiro), *Frexit: Why Ivory Coast is joining African campaign to expel French troops*. Disponível em

<https://www.aljazeera.com/news/2025/1/3/frexit-why-ivory-coast-is-joining-african-campaign-to-expel-french-troops>

⁵ Adetayo, O. & Onuah, F. (2024, 7 de julho). West African bloc says it risks disintegration if junta-led states leave. Disponível em

<https://www.reuters.com/world/africa/west-african-bloc-says-it-risks-disintegration-if-junta-led-states-leave-2024-07-07/>

Moçambique: várias faces de uma crise

Teresa Nogueira Pinto

Professora Auxiliar na Universidade Lusófona de Lisboa e investigadora no Lusoglobe

A crise política em Moçambique, desencadeada pelas eleições gerais de 9 de outubro, continua sem uma solução à vista. Para entender o impasse atual e antecipar possíveis desfechos, é essencial considerar não apenas o contexto regional, mas também as profundas transformações demográficas e sociais das últimas décadas, e a relevância estratégica do país. Essa relevância estratégica resulta de dois fatores principais: os corredores comerciais que conectam o interior ao Oceano Índico, como os corredores de Maputo e da Beira, artérias fundamentais para o comércio regional; e a descoberta recente de vastas reservas de gás natural, que atraíram investimento internacional e reforçam o potencial de Moçambique no cenário energético global.

A região da África Austral ficou marcada por processos de descolonização tardios e, em muitos casos, fruto de conflitos armados. Assim, durante décadas, os movimentos de libertação, depois transformados em partidos, mantiveram uma posição hegemónica, recorrendo às “credenciais de libertação” para legitimar a sua perpetuação no poder. Em alguns casos, como no Zimbabué, o resultado foi o que Henning Melber descreveria como um paradoxo de “libertação sem democracia”. Mas as credenciais de libertação, assentes em fatores históricos, estão sujeitas à erosão provocada pelo tempo. Assim, estes partidos têm vindo a perder a sua hegemonia em virtude de uma combinação de fatores, incluindo a sua fraca performance na frente

económica e social, e uma população cada vez mais jovem, mais urbanizada, e com a possibilidade de integrar redes informais (e virtuais) de informação e debate político. Em alguns destes países, a ausência de oportunidades económicas, as elevadas taxas de desemprego, e a precariedade de serviços básicos como educação ou saúde, são agravadas pela percepção de um profundo deficit democrático.

É também possível analisar a situação em Moçambique à luz de tendências continentais. As alterações demográficas e a exaustão de alguns modelos económicos e políticos têm estado na origem de fortes mobilizações populares em vários países e regiões de África. Embora com causas, atores e desfechos distintos, existem traços comuns entre os protestos e a violência pós-eleitoral em Moçambique, e outras vagas de protesto que têm ocorrido no continente, do Quênia à Nigéria, do Senegal ao Sudão, ou da Etiópia à África do Sul.

Um fator determinante, no caso de Moçambique, é o facto do descontentamento popular ter sido incorporado por Venâncio Mondlane. Reivindicando a vitória nas eleições de outubro, é um líder carismático, popular (e populista), visto por muitos como providencial. Do ponto de vista estratégico, tem feito das redes sociais, em particular do Facebook, uma plataforma de projeção e mobilização da insatisfação popular. O seu regresso a Maputo, a poucos dias da tomada de posse de Daniel Chapo, e a insistência em contestar os resultados oficiais, inclusive através do apelo à mobilização popular, sugerem que o cenário de estabilização é, por agora, pouco provável. Enquanto, na cerimónia oficial, Daniel Chapo fazia um discurso conciliatório e anunciava uma série de reformas, a repressão nas ruas aumentava.

A crise política está também a ter um impacto negativo numa economia já fragilizada por desafios estruturais, casos de grande corrupção e os efeitos da pandemia. Os protestos, frequentemente marcados por pilhagens e destruição de propriedade, bem como a repressão que têm gerado, afetam sobretudo os setores dos serviços, transportes e logística, resultando em escassez de bens essenciais, incluindo de combustível. O clima de incerteza tem atrasado decisões de investimento e tem tido repercussões também a nível regional, afetando os países vizinhos. O impacto verifica-se não só no aumento do número de deslocados internos e refugiados, mas também na disrupção das rotas comerciais. A economia sul-africana, que vinha a registar uma trajetória positiva nos últimos meses, tem sido a mais afetada. O Corredor de Maputo desempenha um papel estratégico para a África do Sul: cerca de 50% do crómio produzido no país, por exemplo, é exportado por esta rota.

Por outro lado, não se pode ignorar a crise securitária que afeta Cabo Delgado desde 2017. Embora distintas, a crise política nacional e a crise securitária na região tornaram-se agora convergentes. Uma das principais bandeiras de Venâncio Mondlane tem sido a oposição à presença estrangeira na região, seja na forma de forças de segurança estrangeiras, como as Forças Armadas ruandesas, ou na forma de grandes investimentos, como os feitos por empresas internacionais nos megaprojetos de gás.

Por fim, a situação em Moçambique coloca todos os atores envolvidos, como protagonistas ou potenciais mediadores, perante os dilemas que acompanham qualquer momento de crise, especialmente quando se materializa a possibilidade de rutura. São períodos que abrem espaço para reforma e mudança, mas que também

carregam o risco de violência e instabilidade.

Forças gravitacionais na geopolítica da Guiné-Bissau

Ricardo Real Sousa

Professor Auxiliar na Universidade da Beira Interior e investigador no Centro de Estudos Internacionais

A Guiné-Bissau possui uma história marcada por uma crónica instabilidade política, uma dependência contínua de apoios externos e a exploração de economias ilícitas, como o tráfico de armas, drogas e madeira. Apenas em momentos pontuais o país conseguiu definir um rumo próprio, como durante a liderança de Amílcar Cabral nos anos 1960/70 ou com os projetos *Terra Ranka* e *Sol na lardi*, em 2015. Este ensaio explora como as dinâmicas políticas e económicas, tanto regionais quanto internacionais, interagem com fatores internos para moldar a trajetória deste enclave lusófono inserido na francofonia da África Ocidental.

Com cerca de 28.000 km² e 1,9 milhões de habitantes, a Guiné-Bissau é caracterizada por uma acentuada diversidade identitária, com 20 a 25 grupos etnolinguísticos, onde cerca de metade da população é muçulmana, um terço é animista e os restantes são cristãos. O Estado é fraco, governa com impunidade e a performance económica é cronicamente inferior à média dos países da África Subsariana. Em 2023, o PIB *per capita* foi de 840 USD e a economia depende da cultura do caju para a exportação. Como Chabal (1986) previu, análises estruturais condenam o país à instabilidade política e ao subdesenvolvimento económico, salvo se forem descobertos e explorados depósitos significativos de petróleo ou bauxite.

A independência em 1974 levou ao poder o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que alinhou o país com o bloco socialista. A ideologia do PAIGC, inspirada no pensamento de Amílcar Cabral, baseava-se nos princípios marxistas aplicados à realidade africana, nas formas de "democracia revolucionária" e "socialismo agrário". Esta ideologia só seria formalmente rejeitada após o golpe de Estado que levou Nino Vieira ao poder em 1980.

Nino Vieira não só pôs fim à relação umbilical da Guiné-Bissau com Cabo Verde, como também renunciou ao projeto revolucionário e iniciou um lento processo de liberalização económica e política. No plano económico, o país começou a implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural em 1987, assinou os acordos de exploração conjunta de petróleo e gás na zona marítima comum com o Senegal em 1993 - que atribuem 85% dos lucros a este país, mas que, até à data, não produziram receita - e aderiu à Zona do Franco CFA em 1997. No plano político, a liberalização culminou na transição para um sistema semipresidencial multipartidário, com a realização das primeiras eleições em 1994. Desde o final da Guerra Fria que as dinâmicas regionais se impuseram e o Senegal adquiriu um papel de destaque na região. Com um PIB 16 vezes superior, uma população 8,5 vezes maior e um território 5 vezes maior que o da Guiné-Bissau, o Senegal assumiu-se como um poderoso vizinho com vários interesses na Guiné-Bissau.

Esta relação esteve na origem da guerra civil que ocorreu em 1998/1999. No contexto de uma investigação sobre a venda ilegal de armas pelas Forças Armadas Guineenses ao Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC), que luta pela independência

da região senegalesa de Casamansa, a liderança na Guiné-Bissau divide-se. O comandante das Forças Armadas, General Ansumane Mané, com o apoio da maioria dos militares, opõe-se ao presidente, Nino Vieira, que conta com o apoio militar do Senegal e da Guiné-Conacri. No plano diplomático, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), vista como mais próxima do General Mané, e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), vista como mais próxima do Presidente Vieira, mediam o acordo de paz de Abuja, assinado em 1998. Este acordo resultou na instalação de uma força militar de paz no país entre 1998 e 1999, o Grupo de Monitoramento da CEDEAO (ECOMOG).

Após uma presidência errática de Kumba Yala (2000-2003), foi durante a segunda presidência de Nino Vieira (2005-2009) que a criminalidade organizada transnacional dedicada ao tráfico de drogas se tornou um ator influente nas dinâmicas políticas nacionais. Utilizando o país como local de transbordo, essa atividade perpetuou-se até aos dias de hoje com contornos variáveis ao longo do tempo.

Em 2008, a União Europeia (UE), com o apoio de Portugal, iniciou uma missão de reforma do setor da segurança (RSS), que tinha, entre outros objetivos, o controlo da influência do tráfico de droga. No entanto, a missão terminou abruptamente em 2010, quando um motim conduziu António Indjai à liderança das Forças Armadas. Com o objetivo de dar continuidade à reforma do setor de segurança (RSS) iniciada pela UE, Angola, com o apoio político da CPLP, iniciou, em 2011, uma intervenção multifacetada. Esta intervenção incluía uma dimensão securitária, representada pela Missão Técnica Militar de Angola na Guiné-Bissau (MISSANG), e um projeto eco-

nómico ambicioso. Este último previa a exploração de bauxite na região de Boé e a construção de uma rede ferroviária conectando a área a um porto de águas profundas planeado para Buba.

No entanto, em 2012, um golpe de Estado depôs o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, resultando na suspensão do projeto económico e no fim da MISSANG. Em substituição, a CEDEAO enviou uma missão ao país para garantir a segurança dos principais órgãos de soberania. Esta missão permaneceu na Guiné-Bissau até 2020 sob o nome de Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) e, a partir de 2022, foi sucedida pela Missão de Estabilização e Segurança na Guiné-Bissau (MSSGB).

Somente em 2013, após a detenção de Bubo Na Tchuto (ex-chefe do Estado-Maior da Marinha da Guiné-Bissau) pela Administração para o Controlo da Droga (DEA) dos Estados Unidos e a acusação de tráfico de drogas e armas apresentada num tribunal de Nova Iorque contra António Indjai, é que a influência do tráfico de droga retrocedeu no país.

A presidência de José Mário Vaz (2014-2020), juntamente com a liderança governativa de Domingos Simões Pereira (2014-2015), ambos do PAIGC, teve um início auspicioso. Em 2014, António Indjai foi destituído pelo presidente e as relações do governo com os doadores foram normalizadas. Em 2015, estes assumiram o compromisso de apoiar o plano estratégico e operacional Terra Ranka (2015-2025) e o programa do governo Sol na lardi (2014-2018) com um bilião de euros. No entanto, as relações entre os dois órgãos de soberania deterioraram-se progressivamente e, no seguimento da moratória florestal que proibia o abate de árvores, aprovada em 2015 pelo executivo, o

presidente destituiu o primeiro-ministro. Este ato iniciou um período de crise política que se prolongou até ao final da década, inviabilizando o apoio comprometido para o financiamento de ambos os projetos de desenvolvimento.

A segunda volta das eleições presidenciais de 2020 deu a vitória a Umaro Sissoco Embaló, visto como mais próximo da francofonia, em prejuízo de Domingos Simões Pereira (líder do PAIGC e ex-Secretário Executivo da CPLP), visto como mais próximo da lusofonia. Apesar de as eleições serem contestadas, o Presidente do Senegal, Macky Sall, reconheceu rapidamente os resultados. Seguiu-se o reconhecimento da CEDEAO e, posteriormente, da CPLP. Sissoco Embaló manteve uma relação próxima com Macky Sall e, em 2022, ocorreu a primeira visita oficial de um chefe de Estado francês à Guiné-Bissau.

No entanto, Macky Sall decide que não se iria candidatar a um terceiro mandato e, em março de 2024, Bassirou Diomaye Faye foi eleito presidente do Senegal, com uma política de afirmação nacional e uma intenção declarada de redefinir a relação do Senegal com França. Isto inclui, por exemplo, o encerramento das bases militares francesas no país (RFIa, 2024). As relações de Sissoco Embaló com o novo presidente são cordiais, mas a perda do apoio de Macky Sall constitui um revés com implicações bilaterais e, potencialmente, na ação da CEDEAO.

No plano interno, em 2023, a Plataforma Aliança Inclusiva (PAI) – Terra Ranka, liderada pelo PAIGC, alcançou a maioria absoluta. Este resultado levanta questões sobre a capacidade de o presidente renovar o seu mandato nas urnas. Além disso, permitiu à oposição adquirir o poder legislativo e governativo. Contudo, antes do final desse ano, o presidente dissolveu o parlamento e destituiu o

o governo, nomeando um governo de iniciativa presidencial, o que iniciou um novo período de crise política.

Em 2024, são atribuídas licenças de exploração de bauxite à China Aluminium Corporation (CAC) e à russa Rusal (Lusa, 2024). A Guiné-Bissau possui depósitos estimados em 171 milhões de toneladas de bauxite, consideradas críticas para as cadeias de fornecimento globais (Energy Capital and Power, 2021). A licença de exploração da Bauxite Angola, atribuída em 2007, havia sido revogada pelo governo em 2022 por inatividade na exploração. Além disso, a Rusal demonstrou interesse em construir a ferrovia e o porto de águas profundas necessários para escoar o minério. Nesse mesmo ano, a empresa petrolífera russa Lukoil inicia a prospeção de petróleo no país (DW, 2024).

No quinquagésimo aniversário da independência da Guiné-Bissau, o pêndulo geopolítico é marcado por uma crise política e constitucional, sem perspectivas concretas para a realização de eleições legislativas e presidenciais. Em paralelo, regista-se uma apreensão recorde de 2,6 toneladas de cocaína, transportadas por um avião proveniente da Venezuela e intercetadas no aeroporto de Bissau, numa operação apoiada por agências americanas e europeias (RFIb, 2024). Ao mesmo tempo, a Rússia e a China são selecionadas como parceiros para a exploração de recursos naturais estratégicos no país.

Este breve ensaio sobre a Guiné-Bissau revela também que este pequeno Estado não é uma expressão “marginal” da história, mas, antes pelo contrário, é um país profundamente interligado com as dinâmicas geopolíticas e transnacionais, tanto a nível regional quanto internacional (Sousa, Herpolsheimer e Cuadrado, 2025).

Referências

DW (2024, maio 15) Empresa russa interessada em construir ferrovia em Bissau.
<https://www.dw.com/pt-002/empresa-russa-interessada-em-construir-ferrovia-na-guin%C3%A9-bissau/a-69090615>
Acedido a 15 de janeiro de 2025.

Chabal, P. (1986). Revolutionary democracy in Africa: the case of Guinea-Bissau. In: P. Chabal, (Ed.), Political Domination in Africa: Reflections on the Limits of Power (pp. 84–108). Cambridge: Cambridge University Press.

de Sousa, R.R.P., Herpolsheimer, J., & Cuadrado, J. (Eds.). (2025). Political Instability in Guinea-Bissau (1st ed.). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781003467243>

Energy Capital and Power (2021, setembro 8) Guinea-Bissau Plays a Crucial Role in Global Bauxite Supply Chain (By Miguel Artacho)
<https://energycapitalandpower.africa-newsroom.com/press/guineabissau-plays-a-crucial-role-in-global-bauxite-supply-chain-by-miguel-artacho?lang=en>
Acedido a 15 de janeiro de 2025.

Lusa (2024, novembro 5) Guiné-Bissau concede à China prospeção e exploração de minério na zona de Boé.
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/guine-bissau-concede-a-china-prospecao-e-exploracao-de-minerio-na-zona-de-boe>
Acedido a 15 de janeiro de 2025.

RFIa (2024, dezembro 31). Sénégal: le président Bassirou Faye annonce la «fin de toutes présences militaires étrangères dès 2025». Disponível em <https://www.rfi.fr/fr/afrique/20241231-s%C3%A9n%C3%A9gal-le-pr%C3%A9sident-bassirou-faye-annonce-la-fin-de-toutes-pr%C3%A9sences-militaires-%C3%A9trang%C3%A8res-d%C3%A8s-2025>.

Acedido a 15 de janeiro de 2025.

RFIb (2024, setembro 9) Guiné-Bissau: Avião apreendido tinha 2,6 toneladas de

cocaína vinda da Venezuela
<https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lus%C3%B3fona/20240909-guin%C3%A9-bissau-avi%C3%A3o-apreendido-tinha-2-6-toneladas-de-coca%C3%ADna-vinda-da-venezuela>
 Acedido a 15 de janeiro de 2025.

Portugal como promotor de segurança em África: as Forças Nacionais destacadas em 2024

Pedro Rito
 Doutorando na Universidade de Coimbra e investigador no Instituto da Defesa Nacional

Portugal, sendo um país localizado na Europa Ocidental, não é apenas um país europeu. Atendendo à sua localização geográfica, e observando com a visão de Adriano Moreira¹, podemos compreender Portugal como um país essencialmente atlântico e de fronteira entre as realidades europeia, transatlântica e africana.

Desta forma, torna-se natural que a política externa portuguesa tenha desenvolvido uma ação trivectorial focada na Europa, na relação transatlântica e no continente africano. Sendo as Forças Armadas um instrumento de política externa, mesmo em tempo de paz, estas ocupam um lugar de destaque na sua operacionalização. Este uso de meios militares, em contexto de paz, em Portugal, é designado de Cooperação no Domínio da Defesa, sendo também referenciado como Diplomacia Militar ou de Defesa, conforme teorizado por vários autores, destacando-se Cottey e Forster².

Conforme patente no Conceito Estratégico de Defesa Nacional³ e no Relatório do Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional⁴, Portugal tem interesses estratégicos e uma ligação histórica ao continente africano. De facto, uma parte significativa dos recursos petro-

líferos importados pelo nosso país passam no Golfo da Guiné e provêm de Angola e, conforme identificado pelos vários programas de governo, uma África segura é fundamental para a segurança nacional.

Atendendo a esta visão estratégica, Portugal, através das suas Forças Armadas, tem-se afirmado como promotor de segurança no continente africano, fazendo-o de forma bilateral, multilateral e através de organizações internacionais (Organizações das Nações Unidas e União Europeia). Deste esforço desenvolvido por Portugal, são exemplo as várias Forças Nacionais Destacadas que o país projetou no referido continente, no ano de 2024. Estas consistiram segundo o Estado-Maior-General das Forças Armadas⁵, em:

- EUTM Moz (comandada por um oficial general português): 65 militares;
- EUTM RCA: 10 militares;
- EUTM Mali: 6 militares;
- EUTM Somália: 2 militares;
- EURONAVFOR – Operação Atalanta: 10 militares;
- EURONAVFOR – Operação Aspides: 2 militares;
- EURONAVFOR MED: 50 militares e um meio aéreo P-3CUP+;
- EUSDI GoG: 1 militar;
- EUMPM Niger: 1 militar;
- MINUSCA: 235 militares (incluindo os 231 da Força de Reação Rápida) e 34 viaturas;
- Operação Mar Aberto: 70 militares e 1 navio de patrulha oceânico;
- Missão Portuguesa de Capacitação em São Tomé e Príncipe: 54 militares, 1 Lancha de Fiscalização Rápida e 1 Lancha de Assalto Rápida;
- Missão Portuguesa de Capacitação na Guiné-Bissau: 26 militares;
- Célula de Informações Nacional

- República Centro-Africana: 5 militares;
- Africa Law Enforcement Partnership e Fiscalização Conjunta dos Espaços Marítimos: 46 militares e um meio aéreo P-3CUP+.

Tal implica, no somatório de forças empenhadas, um total de 583 militares; três meios navais e dois meios aéreos projetados no continente africano. Este nível de compromisso é relevante, atendendo à dimensão demográfica portuguesa e composição das Forças Armadas, à distância geográfica entre Portugal e os teatros de operações, e à exigência das missões e operações desenvolvidas.

No entanto, Portugal não pode deixar de manter este nível de compromisso, devendo, se possível, aumentá-lo. Tal prende-se com a necessidade de, do ponto de vista geoestratégico, manter a sua presença visível numa zona de grande interesse nacional, apresentando-se como um parceiro confiável perante os seus pares africanos, nomeadamente perante os países amigos dos PALOP. Também o combate às várias atividades criminosas (nomeadamente tráfico de seres humanos e de droga e pirataria) que se desenvolvem no continente africano é fundamental para a segurança europeia e, como tal, para a segurança nacional. Além destes fatores deveremos considerar motivações geopolíticas, nomeadamente o clima de competição de várias potências por influência perante os Estados africanos, incluindo os que compõem a África lusófona. Estes agentes competidores, e cujos interesses podem ser contrários aos interesses portugueses, não são compostos apenas por potências opostas à ordem ocidental, como a China ou a Rússia, mas também Estados aliados como França e Reino Unido, potências emergentes como o

Brasil (maior potência lusófona) e potências regionais como o Ruanda ou a África do Sul. Será também de considerar agentes não estatais, como empresas de extração de minérios, petrolíferas e empresas militares privadas, cujos interesses podem estar alinhados (ou não) com os dos seus países de origem.

Assim sendo, torna-se imperativo que Portugal, um país com capacidades mais limitadas do que as dos Estados anteriormente referidos, se mantenha presente enquanto parceiro confiável, de forma a garantir influência e segurança, numa realidade fundamental para o interesse nacional.

Notas

¹MOREIRA, A. 2000. Situação internacional portuguesa, *Análise Social*, Vol. XXXV, 2000, pp 315 – 326.

MOREIRA, A. 2003. Encontros e Desencontros das Nações Ibéricas, *Cadernos Navais*. N. 6.

MOREIRA, A. 1991. O Poder e Soberania, *Nação e Defesa*, N. 57.

²COTTEY, A. e FORSTER, A. 2004. Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance, Adelphi Paper, Nova Iorque, No. 365.

³https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf

⁴https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

⁵<https://www.emgfa.pt/pt/comunicacao/Paginas/For%C3%A7as-Nacionais-Destacadas-2024.aspx>